



PROGRAMA

*Por um Montepio transparente
e de espírito mutualista*



reconstruirmontepio.pt



juntos@reconstruirmontepio.pt

O MONTEPIO PRECISA DE
NOVOS DIRIGENTES
COMPETENTES,
POLITICAMENTE
INDEPENDENTES E QUE
COLOQUEM OS INTERESSES
DOS ASSOCIADOS À FRENTE
DE QUAISQUER INTERESSES
PESSOAIS.

CARAS E CAROS MUTUALISTAS

A instituição quase bicentenária que é a Montepio Geral - Associação Mutualista encontra-se numa situação absolutamente dramática. Neste momento decisivo, os associados devem mobilizar-se na exigência de uma intervenção decidida por parte de gente séria, competente e descomprometida com o passado.

A Lista B, "Reconstruir o Montepio", é a única que oferece a esperança de recuperar a Associação da lastimosa situação financeira em que se encontra, no respeito pelos valores históricos do Mutualismo.

Somos competentes nas áreas em que o Montepio atua, temos idoneidade indiscutível e estamos completamente descomprometidos relativamente às ações que conduziram ao atual descalabro. Entre nós está quem se lhes opôs com sacrifício da carreira profissional.

Duas das listas candidatas integram pessoas profundamente envolvidas na gestão ruinosa do anterior presidente, forçado a demitir-se pelas autoridades de regulação e com as suas atuações a serem investigadas pela justiça. Reféns desse passado, estas listas lutam pelo esquecimento dos erros que cometaram.

Uma terceira lista está fortemente condicionada por uma ideologia política.

A Lista B é única lista capaz de evitar a instrumentalização do Montepio por interesses partidários, corporativos, sindicais, religiosos ou outros, estranhos aos anseios dos associados.

Proseguiremos uma política de verdade, como único modo de identificar lucidamente os problemas, construir soluções e congregar vontades para as implantar.

O Programa que apresentamos nesta brochura integra ações concretas em todas as áreas; não fazemos propostas irrealistas, incumpríveis na atual situação.

Queremos reposicionar o Montepio, num espírito mutualista, em áreas onde falham as instituições públicas e as empresas privadas: o suporte personalizado aos associados, com soluções integradoras de vários serviços e de várias entidades, particularmente no domínio da terceira idade.

O voto na Lista B é o único que muda o Montepio e que permite reconstruir e salvar a nossa Associação Mutualista.



Pedro Corte Real

Pedro Corte Real

*Candidato a presidente do Conselho
de Administração*

POR QUE NOS CANDIDATAMOS

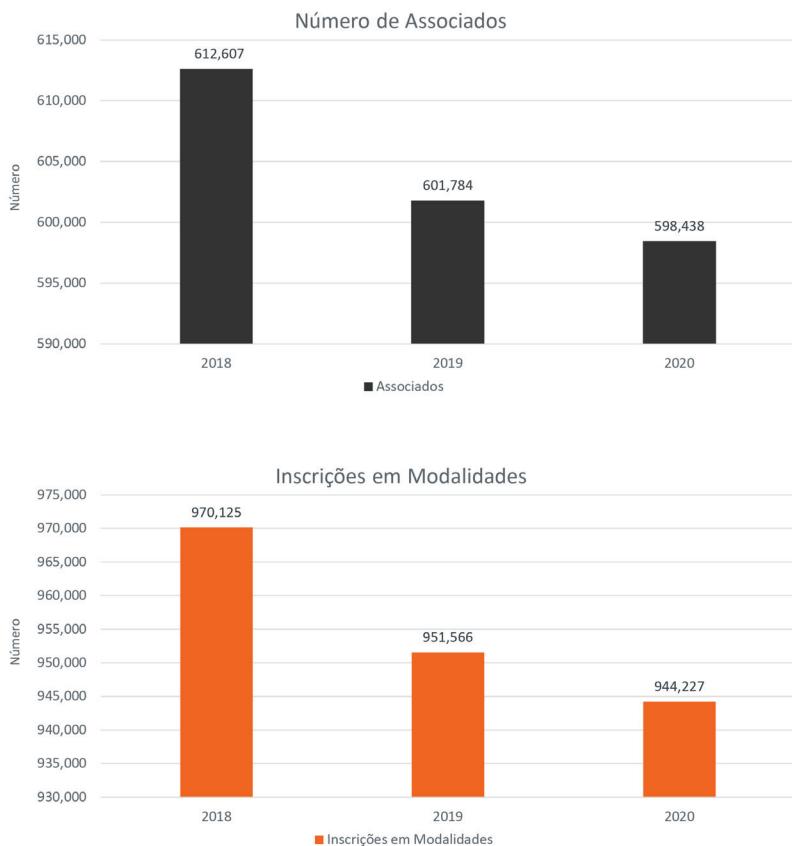
Montepio Geral - Associação Mutualista encontra-se numa situação de degradação financeira e institucional acelerada. Caso não sejam rapidamente resolvidos os problemas que enfrenta, estes conduzirão ao colapso da Associação.

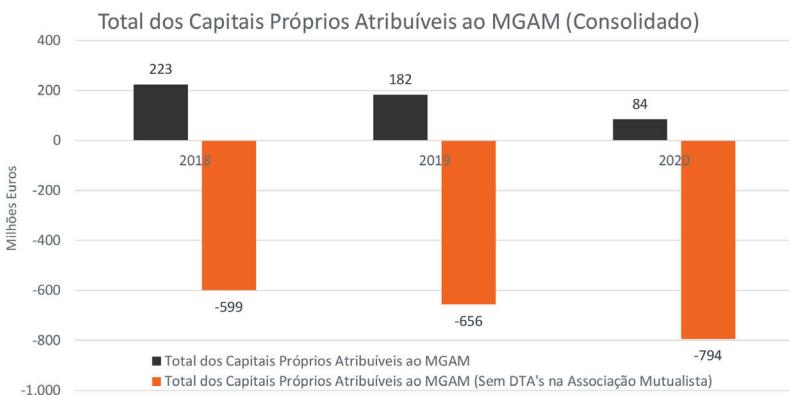
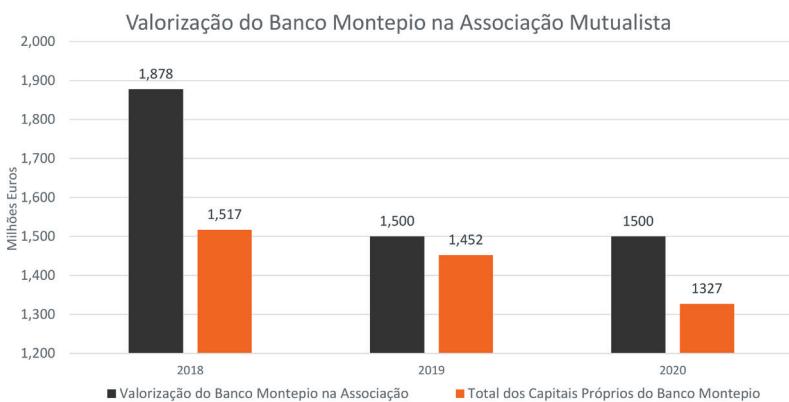
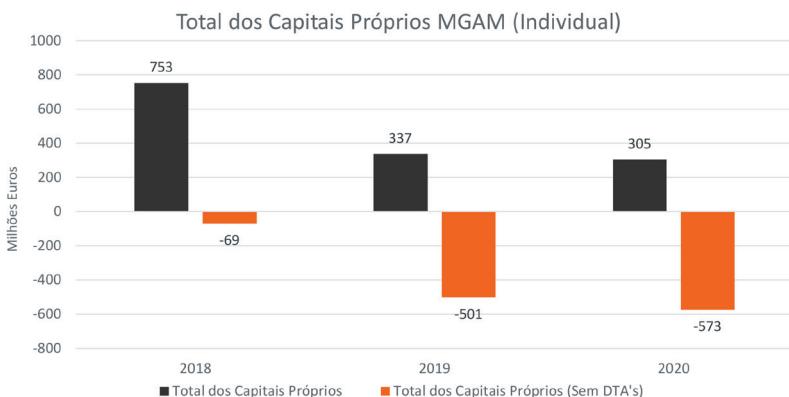
As pessoas que contribuíram para essa degradação e mostraram ser incapazes de a reverter não estão agora à altura da Reconstrução da Associação.

São necessários novos dirigentes, competentes, politicamente descomprometidos e que ponham os interesses dos associados do Montepio à frente dos seus interesses pessoais, fora do conforto de altas remunerações, reformas principescas e mordomias inaceitáveis.



A DEGRADAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DURANTE O ATUAL MANDATO





O QUE QUEREMOS. O QUE NÃO QUEREMOS.

• **Queremos** recuperar o Montepio e reconduzi-lo a um percurso digno da sua História. Trata-se de uma verdadeira obra de Reconstrução de uma antiga e prestigiada instituição, vital para a consolidação do sector mutualista no nosso país.

Não queremos uma governação passiva a assistir ao continuado definhar da Instituição, teimosamente remetida a fazer mais do mesmo até ao colapso da Associação.

• **Queremos** reconstruir um Montepio económica e financeiramente sustentável, onde os seus associados sintam que estão cumpridas as razões pelas quais eles aderiram, com um prestígio mutualista sustentado na sua ação e nas perspetivas do seu futuro.

Não queremos um Montepio condenado e resignado, com um falso prestígio assente em trocas de favores que nada acrescentam aos associados e só servem para alimentar os projetos individuais de quem o dirige.

• **Queremos** um Montepio ao serviço dos associados, com respostas de qualidade às suas necessidades reais, assentes numa continuada participação na definição dessas necessidades e na avaliação dos serviços prestados.

Não queremos um Montepio a desenvolver atividades que não lhes tragam mais-valias e que sejam a tradução de preconceitos dos seus dirigentes sobre o que são os anseios dos associados.

• **Queremos** dirigentes competentes e disponíveis, que tomem os interesses dos associados como critério fundamental das suas decisões.

Não queremos dirigentes escolhidos para responder a equilíbrios partidários e que sacrificuem os interesses dos associados às suas idiossincrasias políticas, religiosas ou outras.

• **Queremos** construir um ambiente institucional que respeite os direitos dos trabalhadores, promova a sua equidade remuneratória e assegure o desenvolvimento das suas competências e das suas carreiras.

Não queremos um sistema que permita que a ação dos trabalhadores e, particularmente, dos quadros sobreponha os seus interesses aos dos restantes associados.

• **Queremos** ver afastadas dos centros de decisão do Montepio pessoas não idóneas, comprometidas com atuações que o conduziram à sua atual difícil situação ou que não foram capazes de delas se demarcarem.



Não queremos fazer ajustes de contas, conduzir processos de intenção ou escolher colaboradores na base da amizade, do compadrio, do clientelismo ou de opções políticas ou religiosas.

• **Queremos** instituir um regime de estreita e leal cooperação com as Autoridades, de forma a serem encontradas soluções conjuntas para enfrentar e reverter a atual situação da Associação e das suas participadas.

Não queremos aproveitar ligações pessoais para conseguir obter regimes de exceção ou de favor, conducentes ao enfraquecimento das regras prudenciais a seguir e à redução da credibilidade da instituição, sempre revertíveis com a mudança de Governo, defraudando expectativas de associados e trabalhadores.

• **Queremos** manter uma corrente de informação regular e fidedigna com os associados, que lhes permita avaliar com realismo a situação da sua Associação e o resultado das ações de gestão.

Não queremos manter a atual situação de completa opacidade para esconder o irrealistismo de quem conduz os destinos da instituição, escudado no argumento de que a verdade pode conduzir ao desastre.

• **Queremos** deixar claro que ainda é possível salvar o Montepio com medidas adequadas, corajosas e urgentes.

Não queremos assumir arrogantemente que isso se consegue mantendo tudo como está, sem construir um ambiente de forte cooperação com associados, trabalhadores e entidades públicas.

• **Queremos** conferir, progressiva mas determinadamente, moralização e eficácia ao sistema de governação da Associação e suas participadas, promovendo a implantação de uma dimensão adequada aos seus órgãos, de um sistema remuneratório coerente, de uma metodologia de fixação de objetivos e de controlo de gestão que assegure convergência de esforços.

Não queremos manter uma situação em que coexistem objetivos contraditórios, sinergias desaproveitadas, incapacidade para oferecer aos associados soluções integradas e situações eticamente indesejáveis.

• **Reconhecemos** que os recursos disponíveis obrigam a concentrarmo-nos num número pequeno de áreas, naquelas onde tenhamos vantagens competitivas ou onde seja possível recorrer a apoios externos, particularmente a nível europeu. A oferta de soluções inovadoras para que os associados tenham oportunidade de fruir uma terceira idade com qualidade é, certamente, uma delas.

Rejeitamos a atitude demagógica de fazer promessas sem ter a garantia prévia de obtenção dos meios necessários.

UMA CANDIDATURA MUITO DIFERENTE DAS OUTRAS

- Integramos associados com uma grande diversidade de opções políticas e religiosas e somos completamente independentes de qualquer partido, de qualquer organização sindical ou de qualquer igreja - ninguém exerce cargos ou pertence a órgãos dessas instituições.
- Nenhum candidato foi conivente com os atos que conduziram à deplorável situação patrimonial e financeira em que o Montepio se encontra.
- Dispomos de competências que abrangem todas as áreas de ação do Montepio, critério essencial das nossas escolhas; ninguém se candidata para manter ou conquistar privilégios, para servir interesses que não sejam os dos associados, ou para fugir a potenciais prestações de contas.
- Temos os perfis pessoais e a experiência necessários para poder compatibilizar uma gestão humanista com a implantação de métodos de gestão eficientes, em substituição dos que têm vindo a ser praticados, com resultados deploráveis.
- Assumimos frontalmente as nossas responsabilidades, não obstante reconhecermos que as soluções disponíveis capazes de recuperar o Montepio necessitam de suporte das autoridades públicas, não só prometido como merecido e justificado; e que essas soluções têm de ser construídas na convergência dos objetivos e do respeito pelos condicionalismos das diversas entidades envolvidas.
- A satisfação dos anseios dos associados, por eles próprios expressos, é o nosso critério de ação e as nossas opções irão ser sujeitas ao seu escrutínio continuado.
- A política que preconizamos para o nosso pessoal centra-se na sua preparação para responder às necessidades atuais e previsíveis da instituição e na disponibilização de carreiras profissionais gratificantes e retribuições justas.
- Não temos qualquer constrangimento que nos condicione na necessária moralização dos sistemas remuneratórios dos dirigentes.



**INTEGRAMOS ASSOCIADOS
COM UMA GRANDE
DIVERSIDADE DE OPÇÕES
POLÍTICAS E RELIGIOSAS
E SOMOS COMPLETAMENTE
INDEPENDENTES.**

UM PROGRAMA CLARO COM MEDIDAS CONCRETAS

A situação crítica a que o Montepio chegou exige um conjunto de medidas difíceis, mas inadiáveis, visando resolver os principais problemas e insuficiências da instituição.

AS MEDIDAS QUE PROPOMOUS DESENVOLVEM-SE SEGUNDO QUATRO EIXOS DE INTERVENÇÃO IMEDIATA:

- Devolver o controlo do Montepio aos associados
- Restaurar a solidez financeira do Montepio
- Respeitar os trabalhadores
- Reintegrar o Montepio no sector mutualista.

ASSIM, PROPOMO-NOS CONCRETIZAR, DURANTE O MANDATO, AS SEGUINTE MEDIDAS:

1. Possibilitar aos associados que exerçam o poder de decisão a que têm direito

- Facilitar a sua participação nos órgãos soberanos do Montepio, quebrando com um passado em que as decisões representavam a vontade de menos de 1 por mil dos associados, predominantemente trabalhadores que votavam expostos à presença dos seus superiores hierárquicos.
- Conferir oportunidade de expressão de opinião aos associados, acabando com práticas intoleráveis como as de as intervenções dos órgãos sociais ocuparem quase todo o tempo disponível para debate.
- Permitir o normal uso da abstenção nas votações, eliminando uma prática que vai ao arreio do normal funcionamento de qualquer assembleia democrática.
- Submeter os órgãos executivos a um voto de confiança anual, prática que, por maioria de razão, deve seguir a imposição que recai sobre as sociedades anónimas e que foi explicitamente negada pelo atual Presidente da Assembleia Geral.
- Encorajar a comunicação dos associados com os seus eleitos na Assembleia de Representantes, veiculando as suas ideias não apenas relativamente ao que consideram desejável desenvolver, mas também sobre o que consideram inadequado ou inadmissível, usando, entre outros meios, a figura do Provedor do Associado.
- Promover a alteração das disposições do Regulamento Eleitoral que dão uma vantagem muito significativa às listas promovidas pelos órgãos em funções e instituem procedimentos altamente burocráticos de difícil cumprimento e fiscalização.
- Instituir regras que impeçam que os órgãos no poder possam fazer campanha pré-eleitoral disfarçada de

comunicação institucional (como vergonhosamente estamos a assistir), o que está fora da possibilidade das demais listas, através do envio de mensagens com uma frequência completamente anormal sobre serviços oferecidos.

É o que se pode chamar a reconstrução da democraticidade do Montepio.

2. Dar aos associados a informação que lhes é devida

- Transmitir com frequência a situação real do Montepio e suas associadas, os problemas que enfrenta, as oportunidades de que dispõe, e as soluções a implantar.
- Dar a conhecer aos associados, de modo continuado, as perspetivas de evolução dos serviços e produtos de que dispõem e utilizam, os riscos e as vantagens das suas aplicações mutualistas, a situação dos processos em curso que lhes digam respeito.
- Submeter à apreciação da Assembleia de Representantes o sistema remuneratório e benefícios complementares dos órgãos sociais e dos quadros superiores.

É o que se pode chamar a reconstrução da transparéncia do Montepio.

3. Salvaguardar o Montepio da instrumentalização por interesses partidários ou corporativos

- Conduzir a ação do Montepio sem subserviência a programas e objetivos de partidos políticos, seja como alavancas da ação do Governo, seja como arma de arremesso contra as instituições, para conquista ou manutenção do poder. Em consequência, renunciar a candidaturas que incorporem personagens destacadas e atuantes dos partidos políticos.
- Exercer ação continuada para evitar a apropriação do Montepio por interesses sindicais, religiosos ou outros, subordinando-lhes os interesses dos associados.

É o que se pode chamar a reconstrução da independência do Montepio.

4. Pôr a instituição ao serviço dos associados

- Ouvir regularmente a opinião dos associados, as suas sugestões, as suas insatisfações e elogios; reorientar a atividade da instituição em conformidade, particularmente no que respeita à gestão do património e aos serviços disponibilizados.

COM ESSE OBJETIVO:

- criar canais de comunicação fluidos, frequentes, transparentes, fiáveis, de fácil utilização e que garantam igual acessibilidade a quem vive fora dos grandes centros populacionais, tirando partido das novas tecnologias de informação;
- promover um profundo envolvimento da Assembleia de Representantes nesse processo de interação;
- instituir a figura do Provedor do Associado;
- receber retorno sistemático sobre a satisfação com cada serviço prestado e levar a efeito inquéritos periódicos de satisfação geral.

- Proceder à análise continuada e sistemática da oportunidade, qualidade e valor dos produtos e serviços oferecidos, bem como dos imprescindíveis para responder às necessidades identificadas.

- Rever a regulamentação que rege a vida associativa, tendo em conta as opiniões recebidas dos associados

É o que se pode chamar a reconstrução da utilidade do Montepio.

5. Oferecer produtos e serviços que constituam uma mais-valia real para os associados

- Reconhecendo as enormes mudanças que, felizmente, se operaram no domínio da disponibilização de serviços públicos e na oferta de bens e serviços por empresas privadas, em áreas tradicionalmente reservadas à ação mutualista;

- Reconhecendo igualmente que a evolução das sociedades gerou novas necessidades e novas inseguranças (crescimento da duração da terceira idade e indisponibilidade da família para lidar com a situação, exigência de uma readaptação continuada a novos empregos, novas atividades e novas tecnologias, períodos de formação académica e profissional cada vez mais longos e caros) para as quais não existem respostas adequadas.

- Assumir, em consequência, com coragem e lucidez, a opção de não consumir recursos em atividades onde há alternativas melhores e explorar as oportunidades onde existam vantagens comparativas que constituam mais-valias reais para os associados.

- Dar grande prioridade à conceção e implantação de soluções integradas, no sentido de responderem aos vários tipos de necessidades que decorrem da situação concreta de cada associado, opção a que se atribui enormes potencialidades.

- Considerar, nesta perspetiva, que a terceira idade constitui um domínio de eleição para que o Montepio exerça uma ação onde os associados reconheçam um valor que nenhuma outra instituição lhes pode dar. O período que decorre após findarem atividades profissionais significativas é cada vez mais longo, as necessidades e os riscos a enfrentar cada vez em maior número e mais diversificados e é notória uma enorme falta de soluções humanizadas. Tem um valor inestimável disponibilizar a possibilidade de os associados recorrerem a quem podem confiar, quer no planeamento atempado de respostas para esse período, quer na escolha e implantação das soluções.

- A dependência física e psíquica, a solidão e a degradação a que inatividade conduz, a incapacidade para acorrer a despesas essenciais mesmo com disponibilidade de património, não saber executar os procedimentos necessários para aceder a um serviço nem a quem recorrer, são exemplos dramáticos que se podem multiplicar e onde soluções integradas farão toda a diferença.
- Adotar, entre outros exemplos, uma aproximação do mesmo tipo para lidar com o período de formação, cada vez mais longo, por que os jovens passam até entrarem na vida profissional; ou para enfrentar o decurso de uma vida profissional com frequentes e profundas alterações de atividade, exigências de formação contínua, reconversões inevitáveis e períodos de transição de duração significativa.
- Assumir que, para serem eficazes, estas soluções, além de integradas, terão de ser, também, integradoras de diferentes fornecedores de serviços; o Grupo Montepio tem fortes competências em muitas das componentes necessárias, mas não se poderá assumir como a melhor solução em todas elas.
- Não se trata de uma fraqueza, mas de uma oportunidade.
- A natureza específica destas matérias obriga a uma enorme personalização, com soluções à medida de cada situação individual. As escolhas são complexas, exigem um bom conhecimento dos fornecedores e de "engenharias" cujo domínio não está ao alcance da maior parte de nós; tem, pois, valor significativo poder-se contar com alguém confiável que ajude a pensar, a decidir e a implantar soluções.
- O Montepio pode e deve oferecer aos associados um serviço dessa natureza, combinando balcões de atendimento presencial com facilidades de diálogo à distância que, recentemente, se têm tornado cada vez mais acessíveis e familiares.
- Identificar grupos de indivíduos que tradicionalmente não eram considerados associados potenciais, mas que surgem, com a alteração da composição sociológica da população, como pessoas a quem o mutualismo muito pode ajudar. Um exemplo bem interessante são os imigrantes, sujeitos a riscos com cobertura muito problemática e dificuldades óbvias de acesso a instituições que prestem serviços essenciais.
- Em geral, aceitar o desafio expresso por "tem problemas, fale connosco; se não tivermos o serviço, ajudamos a encontrar um"

MAS:

- Sujeitar as muitas ideias que nos ocorrem de novos serviços (microfinanças e gestão do património imobiliário de associados, entre outros) a um apertado escrutínio prévio de oportunidade e sustentabilidade financeira.

É o que se pode chamar a reconstrução da utilidade do Montepio.

6. Implantar as medidas necessárias a garantir a sustentabilidade económica e financeira do Montepio

- Com a atual trajetória de gestão, o futuro do Grupo é inviável. Face aos desequilíbrios financeiros existentes, a aplicação da lei obrigaría à imediata redução de benefícios aos associados; além disso, não estarão a ser cumpridos nem os requisitos básicos de uma gestão sã e prudente, nem as regras de Solvência II impostas pelo novo enquadramento regulamentar.
- A candidatura “Reconstruir o Montepio” crê firmemente na capacidade para recuperar a Instituição e conferir-lhe um futuro sustentável, não obstante as sérias ameaças que caem sobre a sua existência e o imenso tempo que já foi perdido por incompetência, teimosia e irrealismo.
- Não são muitas as soluções possíveis, exigem coragem e determinação e, numa primeira fase, devem traduzir-se no plano de transição e convergência para o horizonte 2030.
- Qualquer delas, antes de ser divulgada e implantada, tem de ser previamente discutida com as Autoridades, respeitando os modelos instituídos e os objetivos e constrangimentos de todos. Nenhuma ultrapassa os níveis de envolvimento público que foram praticados com grande parte das instituições financeiras em Portugal.
- A importância determinante desta vertente do Programa justifica o seu desenvolvimento, o que se faz mais adiante.

É o que se pode chamar a reconstrução da solidez financeira do Montepio.

7. Orientar a atividade das empresas participadas para o interesse do Montepio

- Levar o Banco Montepio, principal ativo da Associação Mutualista, a incorporar fortemente nos seus objetivos a complementaridade com as outras entidades do Grupo na resposta às necessidades dos associados e a integrar-se nas mudanças impostas pela rápida evolução do comportamento dos mercados e pela agressividade da concorrência.
- Simultaneamente, iniciar de imediato estudos profundos sobre as possíveis alternativas para cumprir a legislação e reduzir para níveis aceitáveis a enorme exposição ao risco que a atual situação representa para as poupanças dos associados. Atrasar soluções por medo de as enfrentar ou na expectativa irrealista de alterações que “caem do céu”, como tem vindo a acontecer, reduz as opções possíveis e coloca a Instituição numa situação de irrecuperável vulnerabilidade.
- Estimular a criatividade das seguradoras, cuja recente recuperação cumpre saudar, na oferta de produtos que os associados não encontram na concorrência e compagináveis com a natureza mutualista do grupo. Referimo-nos, entre outras, à já mencionada construção de soluções integradas para enfrentar os riscos inerentes à terceira idade e para permitir continuidade de formação em caso de perda de rendimentos familiares.
- Atribuir à atividade de gestão de ativos uma importância relevante como centro de competências essencial ao cumprimento de uma das vocações fundamentais do Montepio, a “gestão da poupança” orientada por princípios de exigência ética, de controlo do risco e de qualidade de serviço, traduzida em rendibilidade, reconhecida pelos utilizadores. Aqui se incluem a gestão de fundos, mobiliários e imobiliários, disponibilizados aos associados e ao público em geral, a gestão discricionária de carteiras e a gestão de fundos de pensões.

- Trata-se de uma área em que se enfrenta uma concorrência muito agressiva e onde é crucial aproveitar as vantagens diferenciadoras relativas do Montepio: confiança na subordinação aos interesses dos utilizadores, excelente conhecimento técnico, recursos de pessoal austeros e polivalentes.
- Cumpre, todavia, agir em aspectos essenciais que têm sido negligenciados: eliminar conflitos de interesses entre as várias entidades do grupo envolvidas na captação de poupanças, com a definição clara das prioridades de cada momento, instituir novos canais de comercialização, atribuir aos balcões de interação com os associados, anteriormente referidos, o aconselhamento sobre as alternativas disponíveis e mais adequadas a cada caso, suprimir duplicação de funções distribuídas por várias empresas, conducentes a ineficiências e a incoerência de decisões.

É o que se pode chamar a reconstrução da solidariedade de Grupo.

8. Reduzir os riscos que recaem sobre os associados

- Iniciar de imediato a restruturação do património da Associação Mutualista, no sentido de aumentar a diversificação da sua exposição ao risco e reduzir ativos para os quais, direta ou indiretamente, não se antevê um retorno razoável.
- Introduzir procedimentos de avaliação sistemática, competente e atempada dos riscos das operações, com completa eliminação dos fatores comodíos, nepotismo, pagamento de favores e expectativa de favorecimentos individuais.
- Caminhar rapidamente, em colaboração com as Autoridades, na construção e implantação de soluções para recuperar o atual desequilíbrio financeiro, evitando a redução de benefícios para os associados e ameaças sobre a integridade do seu património.
- Instituir um clima de confiança mútua com as entidades que supervisionam as atividades do Montepio, assegurando lealdade de comportamentos, integridade da informação disponibilizada e empenho na colaboração necessária para o cumprimento dos objetivos de cada um.
- Afastar a instabilidade que decorreria de uma atitude persecutória com base na prestação de contas por decisões desastrosas, atitudes eticamente reprováveis ou injustiças cometidas, sem prejuízo da necessária avaliação de competências e capacidades.

É o que se pode chamar a reconstrução da confiança dos associados.

9. Implantar sistemas e métodos eficazes de gestão

- Substituir o atual estilo de gestão, manifestamente desatualizado e ineficaz, por um sistema construído de acordo com as melhores práticas disponíveis no domínio da gestão de empresas, amplamente testadas e implantadas em entidades de configuração comparável. Para alinhar comportamentos, esse sistema deverá ser coerente em todo o grupo, com as variantes exigidas por cada atividade específica.
- Definir uma clara e generalizada delegação de competências e responsabilidades, enquadrada por um sistema dinâmico de planeamento e controlo de gestão que fixe objetivos realistas, calendarizados e quantificados, que avalie continuamente em que medida estão a ser cumpridos e, consoante os casos, os redefina ou promova as necessárias medidas corretivas.

- Os objetivos de performance serão fixados, em diálogo com os responsáveis, através de indicadores-chave, cobrindo os aspetos essenciais da cada atividade, aos diferentes níveis: quantidade e qualidade dos serviços a prestar, recursos utilizados, retornos esperados, ações de inovação, calendário de execução.
- Instituir procedimentos que conduzam ao alinhamento de interesses, eventualmente divergentes, entre a Associação Mutualista, as empresas participadas e os gestores de nível mais elevado.
- Manter uma permanente atividade de análise crítica das competências existentes e recorrer a entidades externas e experimentadas para aconselhamento e formação em domínios onde sejam reconhecidas insuficiências internas comprometedoras de uma boa execução.

É o que se pode chamar a reconstrução da competência de gestão

10. Introduzir coerência nas políticas de gestão de pessoal

- Num contexto muito severo de suspeições públicas, os trabalhadores do Montepio revelaram uma resiliência, coragem, determinação e profissionalismo sem paralelo. A nossa Instituição tem uma enorme dívida para com eles. Há que proporcionar-lhes condições que transformem o Montepio numa instituição exemplar para se trabalhar em Portugal.

PARA ISSO HÁ QUE:

- Dotar as pessoas das competências adequadas a um bom desempenho e à facilidade de reconversão de atividades que, inevitavelmente, será cada vez mais frequente, face à rápida evolução das tecnologias e ao imperativo de garantir competitividade.
- Difundir a cultura e os valores próprios do Montepio (solidariedade, participação na obra comum, partilha de riscos e resultados, contribuição para uma sociedade menos desigual, entre outros). Assegurar que cada um está ciente do papel que lhe cabe na organização, do valor do trabalho que lhe presta e das razões por que é gratificante estar nela integrado.
- Reajustar e moralizar o sistema de remunerações e benefícios complementares e progressão de carreira a todos os níveis, promovendo a compreensão generalizada da lógica das diferenciações.

- Assumir uma enorme exigência na remoção de desigualdades de oportunidades, quer nas admissões, quer no decurso da atividade profissional, privilegiando em exclusivo o perfil desejável para o desempenho pretendido.
- Adotar uma política de informação verdadeira e atempada sobre a evolução do Montepio, com a responsabilização das chefias a todos os níveis, que substitua a atual proliferação de notícias falsas, intencionalmente fabricadas ou resultantes de erros de interpretação.
- Praticar um diálogo organizado com as estruturas representativas dos trabalhadores do grupo, procurando compatibilizar os seus anseios com as legítimas aspirações da generalidade dos associados e instituir procedimentos que absorvam ou reduzam impactos socialmente negativos do inevitável processo de modernização.

É o que se pode chamar a reconstrução da dignificação do trabalho.

11. Desenvolver uma cooperação intensa com outras entidades mutualistas e da economia social

- A cooperação entre o Montepio e outras Entidades da Economia Social é elemento essencial para o desenvolvimento, quer do próprio Montepio, quer do sector social em geral. Contudo, ao longo dos últimos anos, o Montepio não teve capacidade para fomentar essa cooperação, assumindo um papel passivo ou de mero aproveitamento de oportunidades esparsas.

PROPOMO-NOS:

- Exercer, com transparência e rigor, um esforço continuado de cooperação, assente numa troca efetiva de experiências e conhecimentos.
- Promover a criação do Observatório Social Montepio XXI onde, em parceria igualitária com outras mutualidades, a academia e organismos públicos e privados dedicados a estas áreas, se realizem diagnósticos sobre fenómenos sociais atuais emergentes, em particular os resultantes da crise pandémica e da disseminação das tecnologias digitais, e se procurem respostas colaborativas adequadas à resolução dos problemas identificados.
- Desenvolver esforços empenhados e desinteressados para unificar o movimento mutualista, revertendo a perda de capacidade de intervenção na sociedade portuguesa que decorreu da sua divisão em torno de dois grandes grupos de mutualidades pela criação da RedeMut.

É o que se pode chamar a reconstrução do protagonismo histórico do Montepio.





SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ASSOCIAÇÃO

Remover uma ameaça à sua existência

1. A situação financeira da Associação Mutualista, mantendo-se os caminhos que está a percorrer, é insustentável, mesmo num prazo relativamente curto. A sua resistência deve-se essencialmente à imagem de solidez que a sua história projeta, ancorada em valores de honestidade, responsabilidade e solidariedade, partilhados pelos seus associados e que, com competência, os dirigentes e trabalhadores, ao longo de gerações, souberam partilhar e interpretar. Deve-se ainda a afirmações públicas de suporte e defesa das poupanças nela investidos, proferidas pelos mais altos responsáveis governamentais.

Erros gravíssimos de gestão nas últimas décadas conduziram à atual situação, em que a defesa do património dos associados pode conduzir a soluções que ditem o fim da sua existência. O nosso Pelícano está, de facto, muito doente e a sua doença não pode ser atribuída à COVID ou a outras causas externas, como tem vindo a ser afirmado pelos atuais dirigentes de primeira linha. Não somos juízes para julgar e sentenciar culpados. Mas queremos salvar o Pelícano e estamos firmemente convictos de que somos capazes de o fazer. De outro modo não teria sentido a nossa candidatura, na consciência de que, se formos eleitos, o trabalho que nos espera será de uma exigência e violência que afetará seriamente as nossas vidas profissionais e familiares.

2. Nesta situação, seria eticamente reprovável tentar ganhar eleições com promessas completamente irrealizáveis. O que nos propomos fazer é fortemente condicionado pelo objetivo de reconstruir a solidade económica e financeira da Associação Mutualista. Todas as medidas que propomos vão no sentido de criar condições para essa reconstrução e o que nos abstemos de propor (particularmente no sentido de retomar e desenvolver atividades capazes de tornarem mais pujante a ação mutualista da Instituição) deve-se à opção imperiosa de concentrar todos os esforços e recursos nesse objetivo essencial.

Assim, salvo a possibilidade de experimentação com custos moderados, a oferta de novos serviços deve ser sempre precedida de uma avaliação consistente dos seus destinatários potenciais.

3. A recuperação do Montepio tem de ser levada por diante em simultâneo com o progressivo cumprimento de imposições legais relativamente à diversificação dos ativos em que estão investidas as poupanças das associadas, reduzindo o risco a que estão sujeitas. Podem discutir-se os prazos impostos ou o nível de diversificação exigido. Mas não é sério contestar, como tem sido feito, a pertinência dos objetivos com recurso a considerações legais que nada têm que ver com os interesses dos associados e da instituição (por exemplo, terem um razoável nível de proteção, competir no mercado em pé de igualdade com outras entidades). Sendo o Banco o seu ativo principal, é de todo pernicioso ir adiando a procura de parceiros e a construção dos entendimentos necessários a preservar o papel importantíssimo que o Banco tem no grupo. Negociações sob pressão conduzem, inevitavelmente, a resultados catastróficos. Acresce que a expansão da atividade do Banco é indispensável para absorver os seus custos fixos e dar uma rendibilidade minimamente aceitável para o seu acionista, a Associação Mutualista. Ora essa expansão está fortemente limitada por insuficiência de capital, que esta lhe não pode proporcionar, não tem recursos disponíveis nem é aceitável concentrar no Banco mais património dos associados.

Criaremos de imediato as condições operacionais para começar a identificar interlocutores e as condições em que podem ser estabelecidos entendimentos. Quaisquer que sejam as parcerias, seremos absolutamente intransigentes em acautelar um rigoroso alinhamento de interesses, salvaguardar os objetivos estratégicos da Associação e garantir os direitos dos colaboradores.

4. A utilização que tem vindo a ser feita de créditos fiscais para mascarar a situação real da Associação é uma questão de natureza económica e não de caráter jurídico, em que se tem tentado convertê-la. O essencial é saber em que medida é possível transformar esses ativos potenciais em ativos reais, de que os associados se possam apropriar. Infelizmente para todos, consideramos, e nisso somos acompanhados pelos auditores, que só uma pequena parcela representa ativos reais e que, em consequência, a parte substancial deveria ser provisionada. Tal como está, o Balanço não representa a situação real da Instituição e induz em erro os associados potenciais investidores. Teremos de dar prioridade absoluta à definição e implantação de uma solução aceitável por todas as entidades envolvidas.

5. Existem, na realidade, algumas, não muitas, soluções possíveis. Todas exigem persistência, competência, trabalho árduo e um entendimento sólido com o Governo e os Reguladores. Todas configuram um apoio público transitório traduzido em garantias ou financiamentos.

Não é possível, neste momento, fixarmo-nos numa particular dessas soluções, uma vez que se torna necessário conhecer, se existirem, o resultado de conversações sobre o assunto, não temos ainda legitimidade para encetarmos um diálogo com Autoridades e, principalmente, não podemos correr o risco de fazer publicamente propostas que dificultem os acordos necessários. Os constrangimentos são muitos e, quaisquer que sejam o Governo e os protagonistas dos Reguladores, teremos de nos ajustar às suas políticas, sempre condicionados pela defesa dos interesses da Instituição e dos associados.

O assunto está por nós estudado, dispomos das competências para construir uma solução consensual e não estamos condicionados por preconceitos ou pela defesa intransigente de posições já assumidas.

6. Em paralelo, é imprescindível arrancar de imediato com ações que dependem predominantemente da vontade dos órgãos de gestão:

- Revisão da carteira de investimentos empresariais, concentrando-os onde haja possibilidade de garantir as suas necessidades de financiamento onde existam vantagens competitivas, onde os retornos previstos permitam remunerar razoavelmente os capitais afetos, onde se possam desenvolver parcerias com entidades com know-how, onde a atividade seja complementar da ação do Montepio.
- Alienar nas melhores condições as empresas que não obedeçam aos critérios anteriores, bem como os ativos que não sejam produtivos e sem potencialidades para o serem.
- Implantar um novo modelo de relacionamento entre a Associação Mutualista e as participadas, resolvendo sempre eventuais conflitos de interesses com subordinação aos objetivos daquela, tendo como condicionante único o respeito pela legislação em vigor.
- Instituir uma ampla delegação de competências e responsabilidades, suportada por um adequado sistema de planeamento e controlo de gestão, como se aborda noutro ponto deste programa.
- Proceder aos ajustamentos na organização e nos métodos de trabalho necessários para melhorar a eficácia do desempenho e, em conformidade, ao redimensionamento dos recursos materiais e humanos de cada departamento.





CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PEDRO ALEXANDRE DA ROSA CORTE REAL

Doutorado em Estatística, é Professor Auxiliar na FCT-UNL. Foi Diretor do Departamento de Metodologia Estatística do INE e Presidente do Instituto de Informática da Segurança Social, sendo também sócio fundador de diversas empresas. Entre 2017 e 2019, foi Presidente do Conselho Fiscal da Montepio Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A..



ANA ALBUQUERQUE NOGUEIRA

Formada em Arquitetura Paisagista pela Universidade de Lisboa, é Presidente da Inovar Autismo – Associação de Cidadania e Inclusão. Está também envolvida em projetos nas áreas da inclusão e direitos humanos.



MIGUEL ALEXANDRE TEIXEIRA COELHO

Doutorado em Economia, é Professor Auxiliar na Universidade Lusíada. Foi Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social, I.P.. Foi administrador da Associação Mutualista entre 2016 e 2018. Desempenha funções de Diretor da Direção de Análise Especializada de Crédito (DAEC) do Banco Montepio.

**MARCELO AGRIPINO ALVES PEREIRA DA GAMA**

Formado em Economia, tem um MBA pela Western Connecticut State University. Com vasta experiência em gestão e planeamento estratégico, é Diretor Executivo da Associação Alzheimer Portugal.

**NUNO MIGUEL CUNHA ROJO**

Licenciado em Direito, mestre em administração e políticas públicas e doutorando em Políticas Públicas. É jurista, investigador e consultor para áreas de direito público e governação, administração e gestão pública, especialmente, liderança e gestão ética e de pessoas. É, igualmente, Vice-Presidente da Transparência e Integridade (TI-Portugal) e Presidente do Conselho de Gestão do AIGOV - Instituto para a Boa Governação, Gestão e Inovação Social.

**MARIA DE NAZARÉ RALA ESPARTEIRO BARROSO**

É doutorada em Administração de Empresas e Contabilidade pela Universidade de Navarra. Exerce funções de docência e investigação no ISEG. Foi Vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

**MÁRIO JOSÉ DE MATOS VALADAS**

É licenciado em Economia pelo ISCEF. Foi docente no ISCEF de cadeiras nas áreas da Estatística, Econometria e Investigação Operacional. Fez parte dos conselhos de administração da Portline, TAP, Portugal Telecom, Secil e Montepio Gestão de Ativos, entre outros. Presidiu ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e à Comissão Instaladora do Instituto de Participações do Estado. Prémios de carreira da Ordem dos Economistas e da Associação de Antigos Alunos do ISEG.





CONSELHO FISCAL



RUI AUGUSTO DA SILVA NEVES

Licenciado em Engenharia Química pelo IST e mestre (MsC) pelo Imperial College de Londres. Foi docente do ISCTE na área de Estratégia Empresarial e Gestão da Produção. Integrou vários conselhos de administração (alguns dos quais como Presidente) - Companhia de Eletricidade de Macau, Nutrinveste, Compal, EPUL, IPE, Empordef, CTT e Residências Montepio.

➤ VICTOR MANUEL PEREIRA DIAS

Formado em Economia pelo ISCEF, foi Vice-Presidente da Assembleia Geral da Galp Energia SGPS, S.A., Presidente da Tradingpor e membro dos conselhos de administração dos CTT, Portugal Telecom e Instituto das Participações do Estado.

➤ JOSÉ ESTEVES MELO CAMPOS

Licenciado em Economia, foi diretor de Planeamento da Portline e da Secil e administrador de empresas na área dos materiais de construção.

➤ RUI MANUEL SAÍNHAS DE OLIVEIRA

Licenciado em Economia, tem um mestrado em Gestão pela Universidade Lusíada de Lisboa. Foi Vogal do Conselho Fiscal da Montepio Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A..

➤ JOÃO ANTÓNIO DA SILVEIRA E CARVALHO

É licenciado em Economia pela Universidade Lusófona. É Diretor bancário e trabalha em Recuperação de Crédito no Banco Montepio. Foi Administrador no Grupo Lusófona durante 21 anos. Foi fundador e Presidente da Direção da ASPSI - Associação de Apoio e Estudo às Psicognosias na Raia Central.

**QUEREMOS RECUPERAR O
MONTEPIO E RECONDUIZI-LO
A UM PERCURSO DIGNO DA
SUA HISTÓRIA.**





MESA ASSEMBLEIA GERAL



FERNANDO DIAS DE CARVALHO

Médico Pediatra. Presidiu à comissão instaladora do Hospital Amato Lusitano em Castelo Branco, tendo sido também Presidente do Conselho de Administração deste Hospital, durante 9 anos. Criou o apoio a crianças com dificuldades cognitivas através da Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente. Presidente da Direção da Cije - Lar de Acolhimento de Crianças sem Família de Suporte, durante 8 anos.

➤ **JOSÉ ANTÓNIO LOPES COELHO**

Doutorado em Direito e com especialização em Direito do Trabalho. Atualmente, é Professor Universitário e formador nas áreas de Direito do Trabalho, Fiscalidade e Direito Comercial.

MARINA ISABEL RODRIGUES PEREIRA AFONSO

- É Sócia-Gerente da empresa Meritovantagem, empresa de prestação de serviços na área de Medicina, Cuidados de Saúde e Intermediação de Seguros e Banca.

MÁRIO AUGUSTO NUNES BAPTISTA

- É formado em Economia, com especialidade em Economia e Gestão de Empresas. Foi Administrador na INAPA, Presidente do Conselho de Administração da PORTUCEL TEJO e membro da PARPÚBLICA até à sua reforma.

➤ **MÁRIO GOMES RIBEIRO**

Formado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, entrou para a magistratura do Ministério Público em 1959. Trabalhou como Consultor Jurídico e foi responsável pelos serviços jurídicos da Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento até à sua reforma.

VAMOS DAR AOS
ASSOCIADOS A
INFORMAÇÃO QUE LHES
É DEVIDA



ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES



JOÃO MORAIS DA COSTA PINTO

Economista, foi Vice-Governador do Banco de Portugal, Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal, Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola e Vice-Presidente da Fundação Oriente.

- João Moraes da Costa Pinto
- José Miguel Nogueira
- Tiago Sousa d'Alte
- Miguel Fonseca
- José Rainho
- Rui Manuel da Silva Fernandes
- Maria João Labrincha Ramalheira
Miranda da Cruz
- Ana Isabel Pereira dos Santos
- Pedro Dominguinhas
- António José de Santiago de Freitas
- João Filipe Jesus
- Luís Gonçalo Faro Macieira
- Augusto Pereira Luís
- Isabel Maria Felício Duarte de Jesus
- Ana Isabel Labrincha Ramalheira Nunes da
Cruz do Nascimento Neves
- Sérgio Filipe Teixeira Quaresma
- Fernando Guilherme Nunes
- Inês Isabel Chaves da Veiga Sarmento
- João Carvalho Rasteiro
- Filipe Miguel David da Silveira e Carvalho
- Vítor Manuel Quintas Marques
- Maria Isabel Chaves da Veiga Sarmento
- Joaquim António Pinto de Matos
- José Manuel Silva Guerreiro Loução de Matos
- Tomás Gomes Coelho
- Luís Manuel Cunha Dias Miguel
- João Manuel Tavares da Encarnação
- Marta Sofia David da Silveira e Carvalho
- Nelson Fernando Chibeles Pereira Martins
- Jorge Alberto Ramos da Silva
- Álvaro Henriques Quintana
- Maria João de Brito Coelho
- Ana Rita Magalhães
- Pedro Daniel Gonçalves de Jesus
- Teresa Sousa
- Eduardo Antunes Duarte
- Mário António Ferreira de Almeida
- Pedro Caldeira Santos
- Aires Aguiar Bustorff
- José Manuel da Costa Soares
- Maria Aparecida de Oliveira Polsaque
- Patrícia Alexandra Trigueiros Catorninho
- Rui Paulo Martins Dias
- Maria da Conceição Pinto Rosa
- Nuno Miguel Tiago Martins Pereira
- Ana Cristina Ferreira Trigueiros Catorninho

**TEMOS DE REDUZIR
OS RISCOS QUE RECAEM
SOBRE OS ASSOCIADOS**





SIGA-NOS NA
REDE



Conheça-nos melhor

[Princípios Fundadores](#)

[Linhas Programáticas](#)

[Lista de Candidatos](#)

SUBSCREVA AQUI A NOSSA LISTA





